

Sumário

I - Introdução

- II 16 MEDIDAS PARA UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES EM SERGIPE;
- 1 Tirar Sergipe do mapa da fome e da pobreza já!;
- 2 Retorno da Petrobrás para Sergipe e para o Nordeste;
- 3 Garantia do pleno emprego em Sergipe;
- 4 Reforma agrária radical para alimentar e garantir comida barata para os Sergipanos: O campo para quem nele trabalha!;
- 5 Superar o crise da saúde e saneamento básico de Sergipe com serviço público, gratuito e de qualidade;
- 6 Educação, Cultura, Esporte e Lazer públicos, gratuitos e de qualidade para todos;
- 7 Morar é um direito: Habitação para todos através de Reforma urbana radical;
- 8 Contra todas as formas de opressões: machistas, racistas e LGBTfóbicas!;
- 9 Um programa radicalmente diferente para combater a violência urbana e rural;
- 10 Apoio aos micro e pequenos negócios e proprietários;
- 11 Prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores;
- 12 Em defesa do meio ambiente, dos mangues, mata atlântica e Cerrados;
- 13 Garantir justiça social virando ao avesso a atual estrutura do estado de Sergipe;
- 14 Conselhos Populares para governar Sergipe;
- 15 Em defesa das liberdades democráticas! Contra Bolsonaro, a ultra direita e aqueles que se aliam aos ricos!;
- 16 Socialismo ou barbárie.

INTRODUÇÃO

Chegamos às eleições de 2022 com o estado de Sergipe, governado por Belivaldo Chagas (PSD) e Eliane Aquino (PT) e sob a presidência do genocida Bolsonaro (PL), apresentando dados estarrecedores. Em nosso estado, metade da população passa fome e convive com algum grau de insegurança alimentar. É o quinto estado mais pobre no Brasil. Sofremos com a desindustrialização; alto número de desempregados; primeiros lugares na violência; permanência nos últimos lugares na educação pública, sem sequer atingir o mínimo planejado no Ideb; a infindável crise da saúde pública e um longo etcétera.

No Brasil, em 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome. Em 2022, são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. Nosso estado e o país vivem uma catástrofe social cujos índices se assemelham a de uma guerra e que pode piorar com o aprofundamento da crise econômica e social.

Do outro lado, vimos que o Brasil teve recorde de novos bilionários. Mesmo com os impactos da pandemia, são 40 a mais do que em 2020, totalizando 315 bilionários no país, cujo patrimônio é de R\$ 1,9 trilhões. São esses bilionários que definem as regras do jogo econômico, eleitoral e do capitalismo brasileiro.

A realidade está nos mostrando que o projeto ultraliberal e capitalista de Bolsonaro é um desastre e aumentou as desigualdades sociais no país. E o governo Belivaldo/Eliane em Sergipe foi aliado na implementação do mesmo plano econômico em Sergipe.

Com o resultado desastroso do seu governo e diante da possibilidade de perder as eleições, Bolsonaro faz ameaças golpistas contra as liberdades democráticas e as eleições livres. Defendemos a unidade de ação nas ruas e mobilizações com todos os setores que estejam pela defesa das liberdades democráticas e contrários à violência política da extrema-direita, assim como qualquer tentativa golpista de Bolsonaro. Mas a unidade na ação, nas manifestações em defesa das liberdades democráticas, não significa abdicar nem por um segundo da independência da classe trabalhadora, que não pode seguir a reboque de setores da burguesia e do imperialismo e muito menos avalizar a defesa do Estado capitalista, a "democracia dos ricos" e a superexploração dos trabalhadores.

Para romper essa lógica capitalista destrutiva e garantir alimentação, emprego, salário e serviços públicos será preciso medidas revolucionárias, que enfrentem o interesse dos

Por isso a ideologia de "governar para todos" é uma ilusão. Ou se governa para os trabalhadores ou para os poderosos e bilionários. E o povo sergipano só teve governantes que governam para os ricos, por isso temos esta tragédia social.

As experiências no Brasil de "humanizar" o capitalismo e gerir a máquina estatal, conseguindo algumas migalhas, como fez o PT durante os seus 13 anos de governo no Brasil e em Sergipe, mostraram os seus limites intransponíveis e não resolveram estruturalmente nenhum dos problemas mais sentidos pela classe trabalhadora.

Considerando que vivemos em um período de crise econômica e que não há espaço sequer para as migalhas concedidas no passado, o projeto petista não terá espaço sequer para essas concessões do passado.

As eleições de 2022 em Sergipe e no Brasil serão marcadas por um cenário horrível, com oito candidatos disputando o governo de Sergipe. Mas essas candidaturas representarão apenas três projetos: Teremos as candidaturas ligadas ao projeto Bolsonarista; teremos as candidaturas ligadas ao Lulismo. Esses projetos políticos estão em unidade na defesa dos limites do capitalismo. Por isso mesmo estão ou estiveram no governo e os problemas sociais não foram resolvidos. A manutenção de um dos dois projetos no próximo período, combinado com a crise econômica, significará que as necessárias transformações não ocorrerão.

Por outro lado, há um terceiro projeto. Um projeto independente, da classe trabalhadora. Que se propõe a resolver definitivamente os problemas da classe e se enfrentar com o capitalismo e seus representantes nos governos. Que se propõe a aplicar medidas necessárias para que nosso estado saia da atual situação e a mudar radicalmente o modo de governar, construindo uma nova forma de participação. Um novo poder popular, que chamamos de Conselhos Populares.

É preciso mudar de vez. Uma mudança onde os de baixo, que produzem todas as riquezas, sejam os que decidem, governem e também gozem do fruto de seus trabalhos. Mas para isso é preciso acabar com a avareza do sistema capitalista e com o egoísmo dos que exploram a classe trabalhadora.

Podemos transformar nosso estado! Sergipe tem um território natural generoso e um povo trabalhador. Mas para que a riqueza do estado beneficie a maioria é preciso medidas que invertam completamente essa lógica capitalista. Construir um projeto que revolucione as atuais estruturas. Que atenda as necessidades imediatas do

do povo sergipano, mas que avance para uma outra sociedade, onde haja igualdade e liberdade, onde as necessidades possam ser atendidas plenamente. Chamamos essa sociedade de Socialismo. Vamos juntos construir um Sergipe Socialista!

Apresentamos à população sergipana, 16 MEDIDAS PARA UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES EM SERGIPE. Nosso plano de governo para os próximos 4 anos, que busca tirar nosso estado da terrível situação em que nos encontramos.

O Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe, governando através de Conselho Populares, pode ser um primeiro passo para arrancar da burguesia o poder político, que permitirá a execução de um plano que abra caminho para o Socialismo.

Agradecemos a todos e todas que colaboraram com este trabalho, que segue em constante atualização e aperfeiçoamento.

Elinos Sabino e Leidi Lima – Candidatos a governador e vice de Sergipe Equipe e colaboradores

16 MEDIDAS PARA UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES EM SERGIPE

1 - TIRAR SERGIPE DO MAPA DA FOME E DA POBREZA JÁ!

Nunca tantos brasileiros foram dormir sem ter o que comer. Mais de 33 milhões de brasileiros não têm o que comer e mais da metade da população do país - 125,2 milhões de pessoas - vive com algum grau de insegurança alimentar. O número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% para 15,5%.

Os números estarrecedores fazem parte do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, divulgado em junho pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), uma coordenação de entidades e ONGs. Esses novos dados remontam aos piores momentos da década de 1990. Um retrocesso de 30 anos!

O avanço avassalador da fome é expressão do desemprego, da precarização do trabalho, da carestia, do fim do Auxílio Emergencial no último período e da alta inflação, que atinge principalmente as famílias mais pobres. Tanto que, mesmo entre as famílias que recebiam Bolsa Família e Auxílio Brasil, a fome cresceu. Entre os que ganham, em média, meio salário mínimo, a fome atinge 32,7% das famílias que recebiam algum benefício e 29,4% das que não receberam.

Segundo a pesquisa, a insegurança alimentar é maior no Norte e no Nordeste do país, onde os índices atingem 71,6% e 68% respectivamente, acima da média nacional de 58,7%. De acordo com os dados, nas áreas rurais, a insegurança alimentar esteve presente, em todos os níveis, em mais de 60% dos domicílios. Desses, 18,6% convivem com a insegurança alimentar grave.

No caso de lares comandados por pessoas pretas e pardas, 65% convivem com restrição de alimentos em qualquer nível, contra 53,2% dos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara branca.

Com a possibilidade cada vez mais concreta de perder a eleição, Bolsonaro teve aprovado pelo Senado uma PEC que decreta estado de emergência e libera R\$ 41 bilhões para o

governo gastar só até o final do ano.

É evidente que a PEC vai garantir um alívio momentâneo às famílias mais vulneráveis, mas ela não resolve a crise social. E ainda deve se transformar em "dívida pública", remunerando grandes acionistas e banqueiros. As consequências serão menos recursos para saúde, educação e áreas sociais. Ou seja, quem vai pagar por esse "pacote" será a classe trabalhadora e a maior parte dos setores médios. Enquanto isso, os de sempre, os mais ricos, seguem ganhando.

Sergipe é o quinto estado brasileiro no ranking do mapa da fome e da pobreza

O Mapa da Nova Pobreza, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), indica que Sergipe é o quinto estado brasileiro no ranking da pobreza, com quase a metade das famílias – 48,17% – vivendo com renda per capita de até R\$ 497,00.

A pesquisa indica uma grande elevação do número de famílias pobres em Sergipe, saltando de 35,94% em 2020 para 48,17% em 2021.

Significa que quase metade das famílias sergipanas sofrem da pobreza, da insegurança alimentar, da dificuldade de se sustentar e de manter as contas em dia. 79% das famílias sergipanas estão endividadas e grande parte gastando mais do que recebe mensalmente, segundo dados do próprio governo e empresários.

Considerando os resultados por região do estado, é no Litoral Sul onde se encontra a maior concentração de famílias pobres de Sergipe, com 61,79% do total de famílias nessa condição. Em seguida, as regiões Agreste e Sertão, com 54,53% de famílias pobres; Litoral Norte, com 48,25%; Entorno Metropolitano de Aracaju, com 45,68%; e Aracaju, com 35,81% de famílias na linha de pobreza.

Pelo fim da fome e da pobreza!

Diante da riqueza de nosso estado, os dados atuais da fome e da pobreza em Sergipe são inaceitáveis! Essa realidade vivida pelos sergipanos e brasileiros tem a marca dos governos Bolsonaro e Belivaldo, que são os responsáveis diretos por essas mazelas.

Enquanto nosso povo passa fome, temos uma grande produção de alimentos voltados para a exportação. Mas isso só ocorre pelo apoio decisivo dos governos a estes setores. Trata-se

de uma opção de Bolsonaro e Belivaldo por manter a lógica injusta e perversa do capitalismo. Por isso priorizam os recursos públicos para os grandes empresários, os poderosos e o agronegócio. Escolhem beneficiar o setor privado, que além de super explorar os trabalhadores, não tem nenhum compromisso com a situação social do estado, apenas com seus lucros.

É preciso transformar essa realidade para que os sergipanos e brasileiros tenham comida para se alimentar. Enfrentaremos a fome e a pobreza em Sergipe, combinando medidas imediatas e de médio e longo prazo, nacionais e locais. Mas o principal é a decisão de romper com a lógica atual e construir uma nova, em que a prioridade seja a classe trabalhadora e o povo e não o lucro dos capitalistas. Essa realidade não será resolvida pelas demais candidaturas, porque estas representam, diretamente ou em aliança, os interesses dos exploradores e opressores.

Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe tem o seguinte compromisso:

- Tirar Sergipe do mapa da fome e da pobreza, imediatamente;
- Retomar o auxílio estadual para ampliar o número de beneficiados em Sergipe. Defendemos auxílio emergencial de um salário mínimo para todos os trabalhadores desempregados, como medida transitória em direção ao pleno emprego;
- Lutar pela ampliação e implementação nacional do Auxílio Emergencial às 67 milhões de famílias que o recebiam em 2020, enquanto durar a crise e houver desemprego e não apenas até o final do ano, como na medida eleitoreira de Bolsonaro;
- Viabilizar financiamento através do Banese, com carências de 2 (dois) anos e sem juros, a agricultores familiares, para produção de alimentos para matar a fome do nosso povo;
- O governo deve adquirir os alimentos dos agricultores familiares e realizar a distribuição gratuita e semanal desses produtos à população de baixa renda;
- Construção de restaurantes populares nas cidades sergipanas, com oferecimento de refeições com garantia de qualidade, higiene e agilidade no atendimento. Além disso, a prioridade do fornecimento de insumos será da agricultura familiar e cooperativas;

- As grandes empresas do agronegócio instaladas no estado devem estar a serviço, em primeiro lugar, do combate à fome do nosso povo. Se não cumprirem esse compromisso social, devem ser estatizadas e controladas pelos pequenos agricultores.

2 - RETORNO DA PETROBRAS PARA SERGIPE E PARA O NORDESTE

As multinacionais controlam nosso país. Dominam a indústria, a produção agropecuária, a mineração, as finanças, grande parte das terras e avançam sobre o comércio. Os fundos financeiros estrangeiros têm participação decisiva nas principais empresas do país, públicas (como a Petrobras) e privadas. A burguesia nacional está cada vez mais associada de maneira subalterna com as multinacionais, tornando-se acionista minoritária de propriedades e repassando o controle majoritário para os fundos e empresas imperialistas estrangeiras.

A dominação capitalista imperialista faz com que o país tenha seu centro econômico determinado pelo mercado mundial. É isso que faz com que hoje exista uma lógica de desindustrialização e reprimarização do país, junto com a destruição do meio ambiente. Sem romper com essa dominação, o país continuará agravando sua dependência e submissão para os países ricos, as multinacionais e os fundos de investimento externos.

A saída da Petrobras de Sergipe e do Nordeste é fruto dessa política de desindustrialização, que resulta na entrega à iniciativa privada da "galinha dos ovos de ouro" que pertence ao povo sergipano e brasileiro.

Petrobras para os brasileiros e sergipanos

A Petrobras instalou sua sede na Rua Acre, em Aracaju, em 1967, para administrar as operações do megacampo de Carmópolis (1963), e logo descobriu o campo de Guaricema, em 1968. Desde então, mudou para sempre a cara do nosso estado, abrindo portas para a industrialização e ampliação de todos os setores, como comércio, construção civil e serviços.

O PIB industrial de Sergipe, em 2016, foi de R\$ 7 bilhões, o que representava cerca de 20% do PIB total do estado. Naturalmente, esse setor é responsável por uma parcela determinante da circulação de bens e serviços na capital, tendo a indústria do petróleo um grande destaque.

Por décadas, a Petrobras e as empresas prestadoras de serviços foram os principais

empregadores de mão de obra estatal e privada na capital e, junto a isso, um dos principais recolhedores de impostos. A empresa, nesse mesmo período, movimentava sozinha cerca de R\$ 1,12 bilhão na economia do estado. Sergipe, mesmo sendo um estado pequeno, já foi o segundo no Nordeste em desenvolvimento, graças à presença da Petrobras.

No Nordeste e, em particular, Sergipe, há sérios impactos com a saída da Petrobras, como a extinção de empregos diretos e indiretos, receitas tributárias e royalties para o estado e os municípios. Além da perda de diversos programas sociais desenvolvidos no estado pela empresa.

Essa política de desindustrialização tem sido implementada desde os anos 80, mas foi com o plano ultraliberal de Bolsonaro que ela teve grande aceleração.

O papel do governo Belivaldo foi de omissão e cumplicidade com o esquartejamento da Petrobras em Sergipe. Foi sob seu silêncio conivente que a empresa encerrou suas atividades no Pólo Atalaia/Tecarmo, na exploração de petróleo em Carmópolis e municípios vizinhos e vem encerrando na sede da Rua Acre. Belivaldo se omitiu, se escondeu e silenciou acerca das políticas do governo federal (Dilma, Temer e Bolsonaro), que decidiram tirar Sergipe do mapa da Petrobras. A prova disso é a constante queda na produção e recebimento de royalties, que chegou a quase R\$ 3 milhões por mês em 2014, e hoje retorna algo em torno de um sexto desse valor, com forte tendência de queda mês a mês.

Na prática, Belivaldo concorda com essa política econômica ultraliberal de Bolsonaro e Paulo Guedes e a consequência disso é desastrosa para Sergipe: empobrecimento, desemprego, diminuição de royalties às cidades, praticamente o fim da preservação ambiental, alinhamento dos preços dos combustíveis ao valor do dólar e vários outros impactos negativos para o estado e para o povo.

Enquanto isso, os poderosos, as grandes empresas e os acionistas da Petrobras seguem ganhando bilhões em dividendos.

Buscando manter a popularidade, Bolsonaro recentemente reduziu as alíquotas de ICMS nos estados para tentar reduzir os preços dos combustíveis. Essa é uma política com prazo de validade, porque não ataca o cerne do problema, que é a dolarização dos preços de combustíveis brasileiros, o chamado Preço de Paridade Internacional (PPI). A redução da alíquota do ICMS nos combustíveis não garante que a diminuição dos preços permaneça por muito tempo, porque os valores se manterão atrelados ao dólar e, portanto, à mercê das

oscilações dos preços internacionais.

Trata-se de uma medida eleitoreira de Bolsonaro, que não resolve o problema dos combustíveis. Mas mantém os acionistas ganhando milhões, enquanto diminui ainda mais os recursos da saúde e educação nos estados e municípios.

Com essa mesma lógica de privatizar e entregar ao mercado, aprovaram a exploração do gás de Sergipe pela iniciativa privada, com a promessa de que o gás ficaria barato. Essa mentira foi contada pelos governantes e pelo deputado Laércio Oliveira, relator do projeto na Câmara dos Deputados.

A postura de privatizar serviços públicos e, principalmente, estratégicos, está inclusive na contramão do que começa a ocorrer no mundo, com o retorno de diversas concessões para o Estado, processo chamado de desprivatização ou reestatização.

O resultado desastroso da política privatista e ultraliberal de saída da Petrobras de Sergipe é que a economia do estado ficou mais débil, o desemprego aumentou e a maior parte da população sofre com preços abusivos dos combustíveis e consequente inflação. Tudo isso para que poucos poderosos (acionistas) figuem ainda mais bilionários.

Se a Petrobras fosse 100% estatal e atuasse na extração, refino e distribuição, o preço da gasolina para a população seria de R\$ 1,66 e o diesel R\$ 1,30, conforme estudos do ILAESE. Isso já garantindo 30% de lucro líquido para todas as operações. O governo Bolsonaro mantém o preço dos combustíveis alto para garantir lucros exorbitantes aos acionistas das grandes empresas nacionais e multinacionais.

Não concordamos com isso e nos propomos a romper com essa lógica. Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe terá como prioridade:

- Campanha pelo retorno da Petrobras para Sergipe e para o Nordeste. O governo liderará uma campanha junto aos petroleiros e a população pelo retorno imediato da Petrobras para Sergipe e disponibilizará toda a estrutura política e administrativa a serviço dessa luta;
- Defesa da Petrobras 100% estatal, controlada pelos petroleiros e pela população. Que tenha como política a ruptura com o PPI e a redução imediata dos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha;

- Investir e estimular a implementação de fontes de energia limpas para a defesa do meio ambiente;
- Reestatização da Fafen: A Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados tem uma importância econômica enorme para o Vale do Cotinguiba e para Sergipe. A unidade é fundamental para a garantia da nossa soberania alimentar e agrícola. Por isso, é necessário sua reestatização e o fornecimento de fertilizante a preços baratos para os agricultores familiares de Sergipe, bem como a pecuária, nas diversas utilizações;
- Defesa do monopólio estatal do Petróleo e do gás sergipano e brasileiro e que sejam explorados pela Petrobras;
- Garantir que o Petróleo do pré-sal, nas bacias de Sergipe e Alagoas, seja 100% explorado pela Petrobras estatizada;
- Construção do Polo Cloroquímico em Sergipe.

3 - GARANTIA DO PLENO EMPREGO EM SERGIPE

O desemprego é uma das consequências mais cruéis da guerra social contra os trabalhadores e as trabalhadoras nessa crise.

A taxa de desemprego no país fechou o trimestre encerrado em junho em 9,3%, mantendo a trajetória de queda dos últimos meses. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), o país tem agora 10,1 milhões de desempregados. Esses números, porém, somados aos subutilizados (24,736 milhões) e os desalentados (4,265 milhões), totalizam mais de 39 milhões de pessoas sem emprego no Brasil.

A pesquisa também identificou a informalidade recorde (40%), superando a série histórica, que foi de 39,3 milhões. Ou seja, são quase 80 milhões de trabalhadores desempregados ou que não possuem carteira de trabalho assinada.

Houve também, nesse mesmo período, uma queda de 5,1% no rendimento médio habitualmente recebido pelo trabalhador brasileiro, em termos reais, devido aos efeitos da inflação.

Portanto, não há nada a comemorar: o número de desempregados sem carteira aumenta em ritmo várias vezes maior do que indicam os dados das empresas. Em Sergipe, os milhares de trabalhadores que estão na situação de desemprego, subemprego e desalentados vivem essa crueldade.

Para acabar com essa situação, garantindo pleno emprego com todos os direitos, precisamos de um plano de assistência aos desempregados e de preservação dos empregos. Mas também precisamos criar novas vagas de trabalho. Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe defende:

- Suspensão das taxas pagas pelos desempregados, como luz, água, internet e impostos, e gratuidade nos transportes coletivos intermunicipais e municipais. Os desempregados devem receber um seguro desemprego;
- Proibição da demissão, estendendo o direito à estabilidade no emprego a todos os trabalhadores;
- Como compete também aos governantes determinar o salário mínimo em cada estado, vamos dobrar o valor em relação ao nacional, com reajustes rumo ao salário mínimo do DIEESE, que em julho de 2022 foi calculado em R\$ 6.388,55;
- Lutar pela revogação da reforma trabalhista, que avançou na retirada de vários direitos da classe trabalhadora, na já precária legislação trabalhista brasileira;
- Jornada diária de 6 horas, com 30 horas semanais para todos, sem redução de salário. Reduzindo a jornada de trabalho em 2 horas, criaremos muitos novos empregos, ao permitir a ampliação dos turnos, dividindo entre todos o trabalho necessário no estado;
- Planos de obras públicas para gerar milhares de empregos no estado e resolver problemas estruturais, como o déficit habitacional, déficit de saneamento básico, abertura de estradas, rodagens e rodovias estaduais, com melhorias das existentes, ampliação e melhorias na estrutura das escolas, construção de uma universidade estadual, postos de saúde, hospitais, teatros e espaços culturais, quadras esportivas e piscinas, em todos os municípios, para práticas esportivas e de lazer, dos estudantes e da população;
- Através de empresa pública estadual, fazer contratação direta de mão de obra, ou em forma de mutirões, sem empresas de terceirização prestando serviços ao Estado.

4 - REFORMA AGRÁRIA RADICAL PARA ALIMENTAR E GARANTIR COMIDA BARATA PARA OS SERGIPANOS: O CAMPO PARA QUEM NELE TRABALHA!

Houve uma grande modificação no campo brasileiro nas últimas décadas, com o avanço das grandes empresas agropecuárias voltadas para a exportação. O resultado são lucros altíssimos para a burguesia agrária e miséria e fome para os trabalhadores. Nunca a produção agropecuária foi tão alta e nunca a fome do povo foi tão grande.

A produção é voltada para a exportação, sem se preocupar com a alimentação do povo brasileiro. A consequência disso é a altíssima inflação atual, porque os preços do que produzimos no Brasil são os preços do mercado mundial.

O agronegócio em Sergipe controla o milho, a laranja e a cana-de-açúcar. E seu avanço, que conta com apoio do governo do estado, tem significado um crescimento econômico em desacordo com as necessidades dos trabalhadores, da população e da preservação da natureza. Enquanto metade de nossa população passa fome, pouquíssimos ganham milhões.

Por outro lado, a agricultura familiar dos pequenos camponeses é responsável pela produção de 70% dos alimentos do povo brasileiro e vive em situação extremamente precária, sem financiamento nem apoio técnico por parte do Estado, esmagada pelas grandes empresas agropecuárias.

A agricultura em Sergipe se destaca na produção de mandioca, laranja, milho, cana-de-açúcar, abacaxi, banana, arroz, feijão, limão, maracujá, além de produtos hortifrutigranjeiros. A distribuição desses produtos ao consumidor precisa ser garantida pelo Estado, sem a figura do atravessador, com a construção de centros de distribuição estadual nas principais cidades.

A EMDAGRO precisa ampliar a orientação técnica aos pequenos produtores e avançar para que a produção agrícola e pecuária seja classificada como orgânica, ajudar os trabalhadores a controlar as queimadas, fazer melhoramento genético das sementes, etc.

Acreditamos, portanto, em um outro tipo de desenvolvimento no campo, com amplo financiamento de crédito barato através do Banese para os agricultores familiares,

trabalhadores sem terra e pequenos proprietários. A partilha das terras sergipanas para quem nelas quer produzir alimentos também deve ser uma prioridade.

A produção dos alimentos deve ser para alimentar o povo, de acordo com suas necessidades, e em harmonia com o meio ambiente. Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores em Sergipe, governando através dos Conselhos Populares, implementará:

- Organizar a ocupação territorial e a produção no campo, pautadas pela soberania alimentar e energética e pela preservação da saúde e do meio ambiente;
- Reforma agrária radical, que acabe com o absurdo da concentração do território rural. É necessária a partilha do latifúndio, a fim de garantir terra aos camponeses sem terra e a quem quer produzir alimentos;
- Garantir todas as condições para produção de alimentos: apoio técnico, acesso e liberação de crédito barato, sem burocracia, e comercialização dos produtos dos sem terra, da agricultura familiar e do pequeno proprietário;
- Nenhum dinheiro público para as grandes empresas do agronegócio e estatização das grandes empresas que desrespeitarem o meio ambiente;

5 - SUPERAR A CRISE DA SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE SERGIPE COM SERVIÇO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE

A pandemia revelou ao mundo a importância em nosso país de um sistema público e estatal de saúde. Mesmo com os governantes brasileiros sucateando por vários anos o Sistema Único de Saúde (SUS), foi esse serviço público e seus trabalhadores que garantiram que o desastre na pandemia não fosse maior. Ao contrário do que Bolsonaro tentou provocar, ao defender que a população fosse tratada como gado, com a teoria da imunização por rebanho – ou seja, sem vacinação.

Sua tese, apoiada pelos seus aliados militares e não por um corpo técnico e nem científico, que a Covid-19 era apenas uma "gripezinha" e que pessoas com corpo atlético não seriam afetadas, demonstrou uma total irresponsabilidade e um pensamento genocida. Se em todo Brasil fosse aplicada a imunização por rebanho, sem vacinação, morreriam muito mais pessoas.

O sucateamento do SUS vem sendo implementado há décadas pelos diferentes governos. Isso se expressa, principalmente, na diminuição do seu financiamento e no aumento dos serviços prestados pelas fundações, santas casas, clínicas e hospitais, que atuam como instituições privadas, mas são credenciadas como organizações de utilidade pública para receber doações e prestarem serviços ao Estado. Um exemplo disso é que, em meio à pandemia, o dono de uma rede de hospitais particulares se tornou o terceiro maior bilionário do país.

Precisamos garantir que 100% dos recursos públicos sejam destinados aos postos, hospitais e laboratórios públicos. Não concordamos com a diminuição dos recursos para a saúde pública e muito menos com o escoamento de dinheiro público para as instituições privadas de Sergipe.

A saúde não é uma mercadoria e toda população tem direito ao acesso e a esses serviços de forma gratuita e com qualidade. Para isso, a saúde precisa ser pública e estatal. O SUS precisa ser fortalecido e financiado, porque é uma conquista do povo brasileiro. Chega de cortes de verbas destinadas à saúde pública, que foram e estão sendo realizados pelo governo Bolsonaro para entregar mais dinheiro aos banqueiros.

Belivaldo, além de não aumentar os recursos necessários para saúde pública, desrespeita os profissionais, suas pautas de reivindicações e ainda permite a escandalosa expansão dos serviços privados no nosso estado.

Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe aplicará as seguintes medidas:

- Fortalecimento do SUS e aumento das verbas para assegurar serviços públicos gratuitos e de qualidade a população;
- Ampliação do financiamento público estadual para a saúde;
- Gestão estatal e pública na saúde estadual. Fim de contrato com organizações sociais, fundações, oscips e parcerias público-privadas (PPP);
- Abertura imediata de concurso público para todas as especialidades e em número suficiente para o bom e completo atendimento de toda a população sergipana;

- Garantia de todos os direitos aos profissionais de saúde;
- Incorporação de todo sistema de saúde de Sergipe ao SUS, através de encampação. Com essa ampliação, o SUS terá novas unidades hospitalares, iniciando pela ampliação das regionais, que passarão a atender a população de forma gratuita e de qualidade;
- Apuração rigorosa das denúncias de desvios de verbas da saúde municipal e estadual,
 com prisão e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores;
- Transparência e controle social do uso do dinheiro público, através do Conselho Popular da Saúde, que será composto pelos usuários e pelos trabalhadores da saúde, com representação de todos os municípios;
- Fim dos lixões e aterros sanitários. Há uma necessidade urgente de ser criado em todos os municípios, ou por regiões, usinas de reciclagem e tratamento do lixo. Hoje o estado e os municípios gastam muitos recursos simplesmente coletando o lixo e despejando em lixões ou aterros sanitários. Essas medidas do século passado não podem continuar. Com a criação de usinas, orientando à população para reciclar o lixo desde a sua residência, poderemos ter geração de emprego e renda ao invés de despesas. Nessas usinas, serão produzidos adubos orgânicos e gás, e haverá reaproveitamento de plásticos, papéis, vidros e metais, gerando recursos e evitando a poluição do meio ambiente;
- Saneamento básico. É inadmissível que em pleno século XXI, a maioria das residências dos sergipanos não possuam saneamento básico. Dados da própria DESO indicam que a população total atendida com esgotamento sanitário não atinge 500.000 (quinhentos mil) habitantes. Isso prova o descompromisso das prefeituras e do governo de Sergipe com a maioria do povo sergipano. É preciso que saia do papel o PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico. As leis municipais de saneamento básico dos municípios precisam ser implementadas e o governo do estado precisa contribuir com esse processo de forma urgente;
- Água potável. É necessário garantir a toda população sergipana o consumo de água potável. O número de sergipanos atendidos com abastecimento de água não chega a dois milhões. São mais de 300 mil habitantes sujeitos a beber água imprópria para o consumo humano, com risco de contaminação;
- É preciso envolver toda a classe trabalhadora para pressionar os prefeitos e o governo

federal a liberar e aplicar os recursos previstos para estas atividades. Desde 2007, bilhões foram disponibilizados para as atividades de saneamento básico, mas a maior parte desse recursos não foram utilizados, seja por projetos mal elaborados ou por cortes de verbas, ano após ano.

6 - EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER PÚBLICOS, GRATUITOS E DE QUALIDADE PARA TODOS

O sucateamento da educação pública no Brasil se expressa em verbas muito abaixo das necessidades, desde a educação infantil até as universidades. Os professores e todos os funcionários da educação são atacados com baixíssimos salários e falta de condições de trabalho. Junto com isso, cresce uma burguesia da educação, com grandes grupos privados se aproveitando da crise da educação pública.

O sub-financiamento da educação demonstra que para os governantes e políticos a educação não é uma prioridade. Eles não respeitam nem cumprem as limitadas ferramentas de valorização do setor. É o caso do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como meta ampliar o investimento governamental na educação pública, de forma a atingir 10% do PIB em 2024. No entanto, a realidade é que hoje chegamos apenas a 5,6%, bem distante da meta.

Os reflexos disso são o recuo consecutivo nos últimos 5 anos dos investimentos em educação no Brasil. Sob o governo Bolsonaro, os únicos números que mostram um aumento de recursos foram para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que está no centro das denúncias de irregularidades na liberação de verbas, que inclusive derrubaram o ex-ministro da educação Milton Ribeiro.

Essa mesma política nacional, que busca sucatear a educação pública, é seguida e aprofundada em Sergipe pelo governador Belivaldo Chagas. A comprovação disso é que não há nenhuma mudança significativa na educação sergipana nos últimos 4 anos. E não poderia ser diferente, já que o governo sempre investiu apenas o mínimo ou até abaixo disso no setor. Além da desvalorização dos profissionais da educação e de suas entidades.

O resultado de Sergipe no ranking do Ideb 2019 confirma a falta de prioridade de Belivaldo. O estado empatou com Pará, Rio Grande do Norte e Bahia na segunda pior colocação, com 4.1 pontos, à frente apenas do Amapá, com 4 pontos.

fO Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação), em uma escala que vai de O a 1O. A evolução do Ideb 2019 comprova que Sergipe sequer atingiu o mísero índice projetado de 4.4 pontos. Um escândalo!

Combina-se com esse baixo investimento, a implementação de uma política educacional baseada na geração de mão-de-obra barata para o mercado, abandonando uma formação crítica e emancipatória. O governo estadual implementa essa política de diversas reformas (BNCC, reforma do ensino médio, escola integral, etc.), que estão voltadas para mercantilizar a educação e transformar o aluno em um mero "apertador de botões". Com esse objetivo, o governo tira a autonomia das escolas e educadores e entrega a educação, através de "parcerias", a diversas fundações privadas, com a Fundação Lemann, que chegam ao absurdo de alterar o currículo das escolas e a política de formação de professores para se adaptar à lógica privatista do mercado.

A promiscuidade do governo com o setor privado também se expressa no fato de que somos um dos poucos estados brasileiros que não têm uma universidade estadual. E isso acontece por uma imposição dos interesses dos "tubarões do ensino privado", que mandam e desmandam na educação do estado.

Na prática, nem este governo nem os anteriores priorizaram a educação pública. Defendemos uma total transformação na educação sergipana, que passará pelo enfrentamento dos interesses privados na educação pública. Mas o problema da educação só será efetivamente resolvido quando houver uma revolução nas escolas e universidades, ancorada numa mudança fora delas. Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe implementará:

- Defesa da educação pública, estatal, gratuita e de qualidade, com mais investimento e valorização dos trabalhadores da educação;
- Elevação imediata do investimento em educação, saindo do atual mínimo 25% para 30% da receita corrente líquida, para a manutenção e desenvolvimento da educação estadual;
- Verbas públicas apenas para a educação pública. Fim de toda gestão privada de escolas públicas, através das supostas "organizações sociais" ou de fundações privadas;
- Fim da aplicação de qualquer reforma ou medida que busque mercantilizar a educação pública;
- Valorização dos professores e cumprimento da Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Nacional) e dos Planos de cargos, carreira e salários;

- Garantir 1/3 de hora-atividade, e avançar para 50%, garantindo a qualificação do professor;
- Eleição direta para diretores das escolas estaduais, através da comunidade escolar (alunos, professores, pais/mães e demais profissionais da educação que trabalham na escola);
- Fortalecimento dos Conselhos Escolares e da Gestão Democrática, buscando participação e controle pela comunidade escolar;
- Fortalecimento das modalidades da Educação Básica: Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena e Educação do Campo, conforme suas diretrizes específicas e com representação no Conselho de Estadual de Educação;
- Em defesa de um plano para a Educação Escolar Quilombola de Sergipe, construído com o movimento representativo e com academia, com respeito ao território e às tradições quilombolas;
- Implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e das Leis 10.639/2003 (que trata da inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar) e 1.645/2008 (torna obrigatório o estudo indígena e afro-brasileiro nas escolas);
- Cumprimento da lei e construção de bibliotecas em todas as escolas públicas e nos municípios sergipanos. Dotar as escolas com equipamentos que contribuam na educação da criança e dos jovens, como quadras poliesportivas, piscinas, sala de artes e cultura;
- Construção da Universidade Estadual de Sergipe;
- Por uma política de combate ao racismo, machismo, LGBTfobia e xenofobia nas escolas;
- Combate a projetos retrógrados e autoritários, como o "Escola sem Partido";
- Construção de centros de educação infantil (creches) públicos para atender à demanda, em convênio com as prefeituras.

7 - MORAR É UM DIREITO: HABITAÇÃO PARA TODOS ATRAVÉS DE REFORMA URBANA RADICAL

Todo trabalhador precisa ter assegurado o seu direito a moradia, mas é muito difícil garantir esse direito com os grandes burgueses usando a terra como "propriedade privada" para ganhar dinheiro, especular e não para garantir as necessidades sociais, tudo isso com conivência dos governantes de plantão. Tornar alguém "dono" de uma terra onde não exerce nenhuma atividade, sem cumprir sua função social, é um roubo, já que a área, terreno ou edificação abandonada ou em especulação imobiliária não servem em nada à sociedade.

Enquanto isso, milhares de pessoas não têm um teto para morar. O desemprego, os baixos salários e a inflação, combinados com a ausência de uma política de habitação popular, tem obrigado muitas famílias a saírem do aluguel para morar em ocupações urbanas, em condições muito precárias, com seríssimos problemas de saneamento básico, esgoto a céu aberto, desabastecimento de água, falta de calçamento ou pavimentação, iluminação e ausência de serviços públicos, como escolas, creches, transporte público com regularidade ou qualidade e postos de saúde. Essa violência, agressão, discriminação e brutalidade do Estado para com a classe trabalhadora ocorre em um país que tem uma das maiores economias do mundo.

O déficit habitacional do Brasil chega a seis milhões de habitações. Trata-se de um problema emergencial, que afeta duramente a qualidade de vida de uma parte considerável dos trabalhadores.

Na última década, a questão das ocupações urbanas e moradias populares em Sergipe passou a ser um gargalo a ser respondido. De acordo com dados da campanha "Despejo Zero", estima-se que em Sergipe existe um déficit habitacional de 81 mil residências. Pela situação do país e do estado, estes dados podem estar subestimados.

Apesar da habitação ser de responsabilidade das prefeituras, a situação do estado é escandalosa e exige do governo estadual mais que uma ação complementar. Hoje a Prefeitura de Aracaju mantém apenas 2.500 famílias no aluguel social e o restante do estado praticamente não tem aluguel social. Nesse ritmo, o déficit nunca será superado.

Agora, parte dos trabalhadores que se encontram em ocupações está ameaçada de remoção. São quase 570 mil famílias no país que estão vivendo sob esse risco. Em Aracaju e em Sergipe, muitas ocupações encontram-se ameaçadas. E qualquer despejo só contribuirá para aumento das mazelas sociais, pois nada está sendo feito para solucionar de forma definitiva o drama dessas famílias.

É possível impedir mais um desastre em nosso estado! É preciso que atendam as reivindicações das ocupações sob ameaça de despejo e garantam dignidade a esses trabalhadores. Nos solidarizamos com as famílias e seguimos juntos nessa luta: "Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito!"

Para resolver esse problema, será preciso combinar medidas imediatas e investimentos na construção de moradias populares até zerar o déficit habitacional de Sergipe. Mas principalmente medidas que rompam com as relações promíscuas entre o poder público e especuladores imobiliários. Só com enfrentamento aos atuais governantes, que foram financiados pelas construtoras e imobiliárias, os interesses dos trabalhadores serão atendidos e poderemos superar a falta de moradia de Sergipe.

- O Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe propõe responder a essa questão emergencial com as seguintes medidas:
- Suspensão imediata de todos os despejos de ocupações realizadas por famílias de baixa renda com finalidade de moradia;
- Regularização de todas as ocupações por moradia em Sergipe e construção de plano de infraestrutura para urbanização e saneamento adequados a garantir vida digna;
- Plano de obras públicas para a construção de habitações populares, saneamento básico e melhoria da infraestrutura em todo o estado. Esse plano absorverá boa parte dos desempregados de Sergipe;
- Desapropriação dos imóveis dos grandes proprietários que vivem da especulação imobiliária. Isso possibilitará a ocupação desses imóveis por uma parte da população sem teto. O número de imóveis vagos e em construção em Sergipe é superior ao déficit habitacional. Iremos desapropriar os imóveis e terrenos vazios que hoje servem à especulação e destiná-los à moradia popular, sob o controle dos próprios moradores;
- Desapropriação sem indenização de todos os prédios e imóveis abandonados há mais de cinco anos, que não cumprem sua função social, para a construção de um plano de assentamento urbano, juntamente com os movimentos populares;
- Constituir empresa pública estadual de construção civil, que será responsável pela edificação das moradias populares, e combater a especulação imobiliária;
- Buscar parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal de Sergipe (IFS) para aproveitar o acúmulo acadêmico sobre baixo custo e qualidade das construções, com apoio técnico.

8 - CONTRA TODAS AS FORMAS DE OPRESSÃO: MACHISTAS, RACISTAS E LGBTFÓBICAS!

O capitalismo imperialista é um sistema de exploração e de opressão. A base material de toda desigualdade e de todas as opressões é a relação de exploração, mas as opressões são fomentadas e utilizadas para dividir a classe trabalhadora e ampliar essa exploração. Dessa forma, vai se estratificando os trabalhadores: explorando todos e super explorando os setores oprimidos. As opressões dividem os explorados (há opressão no interior da própria classe). Ao mesmo tempo, a classe divide os oprimidos, pois também há indivíduos desses grupos na burguesia.

A burguesia capitalista não tem nenhum compromisso com a luta contra as opressões, porque se beneficiam das opressões para continuar lucrando e explorando a classe trabalhadora. É por esse motivo que afirmamos que a nossa luta contra a opressão precisa ser com independência de classe e com horizonte revolucionário e socialista e não nos limites do sistema capitalista. Uma luta diária, que inclua em sua pauta conquistas políticas e avanços nos direitos democráticos dos oprimidos, como leis que garantam igualdade de oportunidade e direitos iguais, combatam a discriminação e a violência, legalizem o aborto, o casamento gay, criminalizem a LGBTfobia, punam o racismo e permitam maior representatividade nos espaços.

Essas conquistas são essenciais e é preciso lutar por cada uma delas. Pois, na medida em que a opressão faz dos oprimidos da classe trabalhadora suas principais vítimas, é evidente também que esse setor é o que mais sente a falta desses direitos e os efeitos dessas ideologias.

Barbárie capitalista e machismo a serviço da superexploração

A violência machista há tempos vem sendo motivo de denúncias, mas no último período teve um salto, diante da ofensiva da ultradireita e do governo misógino de Bolsonaro, tanto no terreno ideológico como no político - especialmente os ataques aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A dimensão dessa violência sistemática e cotidiana é comprovada pelos dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados recentemente. Em praticamente todos os âmbitos da vida das mulheres a violência de gênero aumentou. As chamadas para o 190 por violência doméstica, por exemplo, cresceram 4% em 2021. Também cresceu o número de ameaças (3,3%), agressões físicas (0,6), estupros (3,7%), assédio sexual (6,6%) e importunação sexual (17,8%).

O aumento da violência machista não é um fato isolado, mas expressão do avanço da barbárie capitalista e da piora nas condições de vida, cujas principais vítimas são os setores oprimidos. As mulheres trabalhadoras, em especial as negras e pobres, que sofrem com a violência machista, são as mesmas que sofrem os efeitos da crise econômica e social.

Mas ao mesmo tempo que lutamos contra o bolsonarismo e a ultradireita reacionária, também não podemos confiar na burguesia, inclusive nos ditos setores progressistas, que dizem defender a igualdade e diversidade, mas usam a opressão para contratar mulheres pagando menos, rebaixando a média salarial de toda a classe e aumentando seus próprios lucros. Setores como Luiza Trajano, Kátia Abreu, Simone Tebet ou Lu Alckimin. As mulheres da classe trabalhadora, junto com os homens da classe, devem construir em unidade um programa independente, que atenda plenamente suas reivindicações.

Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe, governando através dos Conselhos Populares, propõe responder a essa questão emergencial com as seguintes medidas:

- Não ao machismo e à violência contra as mulheres! Basta de assédio e feminicídios! Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Delegacias especializadas com funcionamento em tempo integral e fácil acesso para as mulheres. Centros de referência e casas abrigos para as vítimas e seus filhos em todas as cidades! Punição aos agressores!
- Fim da dupla jornada e socialização do trabalho doméstico. Lavanderias públicas e restaurantes comunitários. Creches e escolas em tempo integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora. Centros de lazer e convivência de idosos e serviços de apoio para todos que necessitam de cuidados especiais;
- Emprego, direitos e renda! Igualdade de oportunidades! Trabalho igual para salário igual;
- Direito à maternidade. Licença e salário maternidade/paternidade por 1 ano, com estabilidade no emprego. Cobertura integral e de qualidade para o pré-natal, com assistência humanizada;
- Educação sexual para decidir, contraceptivos para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!

Contra o racismo! Pelo fim do genocídio da juventude negra!

O Brasil é um país majoritariamente negro, com uma burguesia branca, de tradição escravocrata. A opressão racista no país é um dos símbolos mais duros da realidade brasileira, expressada em particular no genocídio da juventude negra nos bairros pobres. A diferença salarial entre negros e brancos segue sendo uma realidade nacional. O racismo segue sendo uma realidade no assédio aos trabalhadores negros.

A expressão disso é como são tratados casos de racismo, normalmente considerados como injúria racial. Para fazer uma comparação, se alguém é indiciado por crime de racismo (Lei 7.716/89), pode ser punido com até cinco anos de prisão e multa, sendo esse um crime inafiançável. Já no caso de indiciamento por injúria racial (Decreto-Lei 2.848/4O), a pena varia de seis meses a um ano de prisão (normalmente convertida em cestas básicas) e multa, sendo um crime afiançável.

O Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe propõe as seguintes medidas:

- Combate ao racismo! Pelo fim do genocídio da juventude negra!
- Igualdade salarial!
- Garantia imediata de serviços públicos de qualidade nos locais onde a maior parte da população é negra e pobre. Educação, cultura, assistência social, renda e acesso gratuito à internet para toda a juventude das periferias;
- Chega de violência policial contra o povo negro e pobre!
- Desmilitarização das Polícias Militares já! Por democracia nos quartéis, direito à autoorganização dos policiais e direito à greve;
- Pelo fim do encarceramento em massa e da criminalização da juventude negra e pobre!
 Para isso, é necessário acabar com a guerra entre polícia e tráfico, descriminalizar e legalizar as drogas. Só assim é possível pôr fim ao tráfico e à criminalização da juventude pobre e tratar a questão das drogas como uma questão de saúde pública;
- Em defesa da reparação histórica aos negros!

Pelo fim da opressão LGBTfóbica!

A violência contra as pessoas LGBT, especialmente o assassinato de pessoas trans, são facetas duras e cada vez mais frequentes da opressão. A marginalização de gays, lésbicas e transexuais e travestis aumentou na pandemia, empurrando essas pessoas para o desemprego, o subemprego ou o trabalho precarizado, quando não para a prostituição.

Bolsonaro é um LGBTfóbico explícito, violento. No entanto, assim como nos outros temas de opressões, não basta tirar Bolsonaro do governo para acabar com a LGBTfobia, que é parte da dominação capitalista, usada para aumentar a divisão dos trabalhadores e a exploração.

- Pelo fim da violência LGBTfobica! Basta de assédio e discriminação!

9 - UM PROGRAMA RADICALMENTE DIFERENTE PARA COMBATER A VIOLÊNCIA URBANA

Os governos não garantem os direitos sociais para uma vida digna para população e um dos reflexos disso é o surgimento da violência. A única resposta do Estado a isso é reagir com ação repressiva. A violência é um subproduto do desemprego (ou subemprego), da criminalização das drogas e da violência policial. Para mudar a situação atual em que vivem as cidades, propomos um programa radicalmente diferente de combate à violência.

Em primeiro lugar, o Estado de Sergipe precisa garantir condições dignas de vida para a população, com emprego, educação, saúde, esporte e cultura nos bairros e nas cidades. Para que os trabalhadores e o povo pobre das periferias possam se sentir seguros nas cidades, as ruas, praças, parques, becos e vielas precisam ser retomados e alimentados com atividades, com vida, com dinâmica, com gente circulando e convivendo.

Por outro lado, defendemos a descriminalização das drogas. Está comprovado que a proibição não reduz seu consumo. O exemplo da lei seca nos EUA é categórico: a proibição da venda do álcool não acabou ou diminuiu seu uso, só fortaleceu os grupos de mafiosos. O uso de drogas deve ser encarado como um problema de saúde pública, não de repressão policial. A descriminalização acabará com o comercio ilegal, com as gangues bilionárias e a corrupção policial por essas gangues. E ainda gerará receita para os cofres do Estado.

Defendemos também a desmilitarização e o fim das polícias atuais, que são irreformáveis. Propomos a criação de outra polícia, uma polícia civil desmilitarizada, democrática e popular, com seus comandantes eleitos e controlados pela população.

Os números da violência são alarmantes. Sergipe é a unidade da Federação com o 3º maior índice de mortes por intervenção policial do país. O estado tem uma taxa de 8,5 mortes por intervenção policial por cada 100 mil habitantes, ficando atrás apenas do Amapá (13) e de Goiás (8,9), segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2021. E a juventude negra é a maior vítima desta tragédia.

Bolsonaro, ao defender o excludente de ilicitude para policiais, busca dar licença para matar os trabalhadores, os pobres e negros! Esse incentivo presidencial motiva as polícias a torturar e matar, tendo a certeza da impunidade.

Mas essa barbárie que vivemos não se explica somente pela chegada de Bolsonaro ao Planalto. Ela é resultado da manutenção da política racista do Estado brasileiro de repressão e encarceramento. É assim desde o descobrimento (invasão) do Brasil, passando pela ditadura e por todos os governos da redemocratização, onde se concentram as principais políticas vigentes de punição e controle dos oprimidos e explorados. Vejamos algumas:

- A Força de Segurança Nacional surgiu em 2004 e se especializou em reprimir as greves operárias (Jirau, Santo Antônio, Belo Monte) e protestos populares.
- A lei de drogas de 2006 fez aumentar a população carcerária brasileira, na sua maioria jovens e negros. Em dezembro de 2003, havia 308.304 presos no país. No final do primeiro semestre de 2016, já tínhamos 726.712 mil detidos.
- As UPPs, em 2008, levaram para as favelas cariocas os ensinamentos de repressão adquiridos pelo Exército na ocupação militar do Haiti, iniciada em 2004.
- A utilização das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para reprimir trabalhadores e o povo.
- A Lei "Anti-Crime" de 2019, que mesmo sem aprovar formalmente o excludente de ilicitude, restringiu direitos e garantias penais.

Essa violência policial expressa toda a herança racista trazida pelos governos anteriores: ditadura militar, Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Governos que, diante da sua incapacidade de atender as necessidades dos trabalhadores e do povo, buscaram sufocar, conter, reprimir e encarcerar através de seus braços armados.

A política de repressão e encarceramento levou o Brasil a ter a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 720 mil pessoas atrás das grades (o dobro do número de vagas permitidas), sendo que 40% de todas essas pessoas nem tiveram direito a julgamento e estão como "provisórios". Esses dados demonstram a total ineficiência dessa política, que só serve para condenar jovens, pobres e negros.

Para resolvermos definitivamente o problema da violência urbana, precisaremos avançar na superação das questões sociais, para garantir vida digna, e na ruptura com a política racista do Estado brasileiro. Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe aplicará um programa radicalmente diferente:

- Garantia pelo governo de direitos sociais: alimentação, emprego, saúde, educação e condições dignas de vida para população;
- Ampliação da iluminação pública e desenvolvimento de atividades educativas e culturais nas periferias e nas cidades;
- Legalização das drogas e o controle da sua produção e distribuição pelo Estado para acabar com o narcotráfico e para gerar receita para os cofres públicos. Junto a isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e atendimento estatal de saúde aos usuários;
- Desmilitarização da PM. Defendemos uma Polícia Civil unificada, que seja radicalmente democratizada e com direito a sindicalização;
- As políticas de segurança pública para os bairros e cidade serão discutidas e aprovadas nos Conselhos Populares. E os delegados e comandantes da polícia também serão lá eleitos e terão seus mandatos revogáveis e subordinados aos Conselhos;
- Pelo direito do policial de recusar ordens superiores que violem os direitos humanos;
- Pelo direito à autodefesa popular na periferia;

10 - APOIO AOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS E PROPRIETÁRIOS

Historicamente, as crises no capitalismo tendem a colocar em processo de falência, em especial, as pequenas empresas e setores médios. Isso porque a disputa de mercado com os grandes monopólios e oligopólios se torna mais difícil a cada dia.

Ser dono de um grande supermercado ou de uma grande construtora é diferente de ser dono de um mercadinho, uma pequena propriedade rural ou uma padaria. Enquanto o grande proprietário vive do trabalho alheio e apenas finge que trabalha, o pequeno é obrigado a trabalhar de verdade para manter seu negócio, juntamente com sua família e, na proporção em que cresce, admite mais funcionários.

O pequeno proprietário muitas vezes também explora o trabalho de um ou mais trabalhadores, mas o tamanho reduzido da sua propriedade, a instabilidade da sua situação econômica e a luta permanente contra a concorrência por parte do grande capital não lhe permitem parar de trabalhar.

Segundo dados do Sebrae, mais de 95% das empresas registradas no Brasil são micro ou pequenas empresas. Dessas, mais de 70% se concentram nos setores do comércio, serviços e agropecuária. Elas respondem por apenas 4% das exportações, mas empregam mais de 52% do total de trabalhadores com carteira assinada. Portanto, mesmo com pouco apoio governamental, são as micro e pequenas empresas que salvam a criação de empregos e a maior parte da sua produção é para o consumo interno.

Apesar de toda a dinâmica das micro e pequenas empresas na geração de emprego e no número de estabelecimentos, juntas, elas contribuem com 25% do PIB. Para termos uma noção do tamanho da concentração de capital, apenas as 100 maiores empresas instaladas no Brasil faturaram, em 2016, R\$ 2,6 trilhões, ou seja, 40% do PIB. Se estas geram grande parte da riqueza do país, o mesmo não ocorre com os empregos.

Enquanto milhões de empregos se encontram nas micro e pequenas empresas, os governos sempre editam "Medidas Provisórias" para isentar de impostos as grandes corporações, ajudando o grande capital a ter lucros exorbitantes sem exigir nenhuma contrapartida, impedindo demissões, por exemplo. Muito ao contrário, além de isentá-las de taxas e impostos, ainda financiam a instalação e estruturação dessas empresas.

Portanto, os aliados da pequena burguesia, pequeno proprietário, comerciante, agricultor e dos setores médios são os trabalhadores. As condições materiais da pequena burguesia e dos setores médios os aproximam da classe trabalhadora e não da grande burguesia.

Os burgueses compõem uma classe social cada vez menor em número, porém cada vez maior em acumulação de riqueza e em capacidade de destruição da natureza e da qualidade de vida do ser humano. Afinal, ela esmaga os pequenos negócios e usa o Estado para ter mais benefícios, sobrecarregando os pequenos e micro empresários e a classe trabalhadora.

O socialismo não é o sistema que vai tomar uma casa ou carro da pequena burguesia, tampouco uma padaria ou barraquinha de cachorro quente. Quando falamos em socialismo, falamos em coletivizar os grandes meios de produção nas mãos da classe trabalhadora: as montadoras de automóveis, o agronegócio, as empresas de petróleo e suas plataformas, etc.

Em Sergipe, centenas de empresas foram à falência devido à total falta de apoio efetivo do poder público. Com isso, muitas pequenas empresas quebraram e demitiram milhares de trabalhadores. Bolsonaro e Belivaldo Chagas deram as costas para os pequenos negócios. Belivaldo não intermediou uma ampla linha de crédito e nem ao menos anistiou ou facilitou o pagamento dos impostos porque seu compromisso é com as grandes empresas.

Por isso, em relação aos pequenos e micro proprietários, o Governo Socialista dos Trabalhadores é uma grande vantagem, pois ao invés de inimigos ou adversários, somos aliados. Os micro, pequenos e até os médios produtores trabalham juntamente com sua família e empregados. Totalmente diferente das multinacionais, onde os trabalhadores sequer conhecem seus proprietários, que ficam com o lucro de quase metade de tudo que produzimos, enquanto a classe trabalhadora amarga arrocho salarial e não tem condições dignas de vida.

Por isso propomos aos pequenos empresários:

- Assegurar crédito a juro baixos e parcelamento a longo prazo, para que possam manter seus negócios;
- A aplicação de juros sobre juros e correção monetária é uma imoralidade e total falta de respeito à população sergipana e brasileira. Hoje, 79% da população sergipana está endividada e 25% das famílias sergipanas não conseguem pagar suas contas atrasadas. Defendemos auditoria das dívidas junto aos bancos, com suspensão imediata dos pagamentos de todas as dívidas das micro e pequenas empresas, para reduzir os juros extorsivos. Todos os trabalhadores que recebam até 10 salários mínimos devem também ter suas dívidas bancárias suspensas e revisadas em auditorias junto aos bancos;
- Todo apoio técnico ao micro e pequeno empresário da cidade e do campo;
- Essas medidas para beneficiar as micro, pequenas e médias empresas vêm junto com a proibição de demissões de todos os seus trabalhadores.

11 - PRISÃO E CONFISCO DOS BENS DOS CORRUPTOS E CORRUPTORES

A corrupção faz parte do capitalismo e um não existe sem o outro. Confirmamos isso quando vemos que nem mesmo o dinheiro público para combater a Covid-19 e salvar vidas escapa da sanha dos corruptos. A opção por aumentar as relações do setor público com o privado leva, quase que inevitavelmente, à corrupção. Por isso vemos tantos escândalos nas parcerias público-privadas, irregularidades em licitações e falta de transparência.

- Rigorosa investigação sobre desvios de dinheiro público e combate implacável à corrupção;
- Prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores;
- Fim das terceirizações e das parcerias público-privadas. Dinheiro público sem "atravessadores";
- As empresas envolvidas em corrupção deverão ser encampadas pelo Estado e colocadas sob o controle dos trabalhadores;

12 - EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DOS MANGUES, DA MATA ATLÂNTICA E CERRADOS

O capitalismo não só leva a superexploração dos trabalhadores à situação de barbárie. Também degrada o meio ambiente de forma brutal. Em particular depois da Segunda Guerra Mundial, a exploração capitalista usa mais recursos naturais do que se pode recompor naturalmente, e tudo para alimentar um consumismo desnecessário à população, mas fundamental para o lucro das grandes corporações econômicas. Isso está empurrando o planeta a uma degradação tamanha, que está pondo em risco a própria existência da humanidade.

O aumento de 1°C na temperatura, que ocorre hoje, já está provocando mudanças importantes no clima, com secas e inundações. A ameaça da ultrapassagem do limite de aquecimento de 1,5°C em dez ou vinte anos, provocando danos irreversíveis em nosso planeta, é uma demonstração da urgência na defesa do meio ambiente.

Bolsonaro é um defensor aberto da agressão ao meio ambiente para maximizar os lucros da burguesia, principalmente do agronegócio e da mineração. Em 2019 e 2020 foram desmatados 21 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica. Os piores índices desde 2008. A defesa da "passagem da boiada no meio ambiente" por seu ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é outra expressão disso.

Mas o problema não é só Bolsonaro. No mundo todo, os governos de "esquerda" e de "direita" fazem conferências e acordos que não mudam nada. Não mudam porque dá mais lucro para as grandes empresas seguir atuando como agora. Sem uma ruptura com o capitalismo, a humanidade está ameaçada.

É necessário impor um desenvolvimento econômico em acordo com as necessidades dos trabalhadores e da população e da preservação do meio ambiente. E para isso é fundamental enfrentar as grandes empresas.

O Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe, governando através dos Conselhos Populares, aplicará as seguintes medidas:

- Lutar contra a destruição da natureza e do meio ambiente, contra a ameaça capitalista à vida no planeta;
- Preservar os manguezais, cajueiros, mata atlântica, cerrado e o meio ambiente sergipano;
- Estatizar ou expropriar as empresas que causem dano ambiental;
- Qualquer atividade produtiva em Sergipe só será autorizada se estiver em harmonia com o meio ambiente:
- Acabar com lixões e aterros sanitários, construindo indústrias de reciclagem de lixo;
- Estabelecer, de forma gradativa, a extinção de aplicação e utilização de adubos químicos e agrotóxicos na agricultura e pecuária sergipana, para que toda a produção seja classificada como orgânica.

13 - GARANTIR JUSTIÇA SOCIAL VIRANDO AO AVESSO A ATUAL ESTRUTURA DO ESTADO DE SERGIPE

Para implementar estas 16 medidas socialistas, será preciso enfrentar os interesses de diversas frações da burguesia sergipana, que sempre foram beneficiadas pelo poder público, enquanto nosso povo sofre as mazelas da fome e miséria.

A riqueza produzida pelos trabalhadores sergipanos é suficiente para garantir uma vida digna à nossa população. A questão é que o resultado do que é produzido pelos trabalhadores é apropriado por uma pequena parcela de poderosos. E todos os governantes são coniventes com essa lógica. No máximo, tentam "humanizar" e reformar o capitalismo.

Mas já foi demonstrado que nem a saída apresentada pela burguesia clássica e suas frações, nem a apresentada pelo PT e seus aliados, garantem vida digna ao povo sergipano. É assim porque ambos estão presos à lógica liberal, capitalista, e a realidade já provou que será preciso outro caminho para garantir dignidade aos trabalhadores e ao povo pobre.

Por isso, o Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe romperá a atual lógica, que só beneficia um punhado de poderosos, e garantirá os recursos necessários para aplicar essas medidas:

- Suspensão e auditoria da dívida pública do Estado.

A dívida pública é a dívida contraída pelos governos para o financiamento do seu déficit orçamentário. Acontece que essa dívida constitui um dos principais mecanismos de subordinação do Brasil e seus estados aos países ricos, seus bancos e empresas. Em Sergipe não é diferente. É um verdadeiro duto que, anualmente, escoa grande parte do orçamento do Estado para um punhado de grandes banqueiros.

O Governo Federal gastou em 2021 o percentual de 50,78% (mais da metade) do seu orçamento de 3,861 trilhões de reais no pagamento da dívida pública (juros e amortizações). Ou seja, de tudo o que o governo arrecada em impostos, quase metade vai para os bolsos dos banqueiros e investidores internacionais.

É impossível mudar de fato o país e os estados sem acabar com essa agiotagem. Recentemente o STF autorizou a suspensão da dívida do estado de Sergipe com a União por 3 meses. Mas essa suspensão precisa ser permanente, para parar com a sangria dos recursos do estado. Defendemos a suspensão do pagamento da dívida e a realização de uma auditoria nos juros extorsivos que são praticados. O fim do pagamento dessa dívida é a condição primeira e fundamental para se investir em saúde, educação, transporte e emprego.

Da mesma forma, defendemos a suspensão dos pagamentos de todas as dívidas individuais dos que ganham até 10 salários mínimos, das micros e pequenas empresas e das dívidas dos micro e pequenos agricultores. Devem ser realizadas auditorias dessas dívidas, pois as irregularidades e taxas abusivas, juros sobre juros e correção monetária, precisam ser descontadas e/ou até devolvidas aos correntistas;

- Fim das isenções para as grandes empresas nacionais e multinacionais. Estatização já das empresas multinacionais que atuam no estado e exploram os sergipanos.

Além de explorar os trabalhadores, pagando baixos salários, as grandes empresas recebem por parte do Estado grandes volumes de incentivos fiscais e isenções. Esses valores, muitas vezes, sequer são divulgados pelo governo.

Muitas dessas empresas ainda assim são grandes devedoras do fisco estadual, que de tempos em tempos lhes oferece perdão e a possibilidade de renegociação, através de programas como o Refis. O caso da empresa Itaguassu/Nassau, que fechou, não pagou os trabalhadores e, em 2017, devia mais de 400 milhões ao Estado, é um exemplo desse absurdo. É uma verdadeira farra com dinheiro público, que é destinado para iniciativa privada, enquanto falta para áreas sociais e para a classe trabalhadora;

- IPTU fortemente progressivo. Mesmo sendo uma taxa municipal, deve ser padronizada em âmbito estadual.

O imposto progressivo garante a justiça social, porque quem ganha mais paga mais e quem ganha menos (os mais pobres e os setores médios) pagam de acordo com suas condições ou recebem isenção para quem ganha até 10 salários mínimos;

- Cobrança das dívidas dos maiores devedores do Estado.

Os principais devedores dos estados são os poderosos, que além de se beneficiar do dinheiro público, dão calote no Estado. O governo é complacente com esses grandes devedores e não cobra suas dívidas, abrindo mão de milhões para os cofres públicos.

14 - CONSELHOS POPULARES PARA GOVERNAR SERGIPE

Um projeto socialista dos trabalhadores significa colocar Sergipe para ser governado diretamente por quem produz a riqueza do estado. Isto é, a verdadeira democracia.

Defendemos que a população organizada nos bairros e nos locais de trabalho ou estudo estejam à frente do governo, através dos Conselhos Populares.

Construiremos os Conselhos Populares como espaço para discussão e deliberação popular. Esses conselhos devem constituir um embrião de um novo poder dos trabalhadores e do povo, para governar diretamente o estado de Sergipe.

São os trabalhadores que devem decidir os rumos da política todo dia, não apenas serem chamados a votar de quatro em quatro anos, em eleições de cartas marcadas, ditadas pelos empresários, empreiteiras e os bancos.

O atual governo Belivaldo e todos os anteriores, ou eram coronéis e/ou banqueiros, ou eram capatazes, capitães do mato a serviço deles. Pois, ao invés de governarem para a maioria da população, a classe trabalhadora, governaram sempre beneficiando os mais ricos. Um ou outro pode até ter derrubado mais migalhas das mesas da burguesia para os pobres, mas os ricos sempre foram muito mais beneficiados. Não por acaso ficam cada vez mais ricos.

O Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe construirá um poder direto e popular. Com os trabalhadores, os pobres e os setores médios em unidade, é possível inverter a lógica e permitir que a maioria decida seus próprios rumos. Por isso faremos:

- Construir os Conselhos Populares por todo o estado, como instâncias reais de poder e deliberação;
- Definição do orçamento e das principais medidas para garantir vida digna aos sergipanos através dos Conselhos Populares, com representantes de todos os municípios, proporcional ao número de habitantes;

15 - EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS! CONTRA BOLSONARO, A ULTRA DIREITA E AQUELES QUE SE ALIAM AOS RICOS!

Somos contra qualquer fechamento de regime. Uma ditadura é muito pior do que uma democracia dos ricos para a organização e a luta dos trabalhadores. Por isso somos defensores incansáveis das liberdades democráticas. Mas não podemos compactuar com a mentira de que vivemos em uma "democracia para todos", quando na verdade vivemos em uma democracia apenas para os ricos.

Afirmar que a saída contra as ameaças de Bolsonaro é o "Estado democrático de direito", que inclui a manutenção da propriedade capitalista, o sistema de exploração e opressão e o arranjo social atual, é se colocar em defesa do capitalismo. Mesmo que as cartas pela democracia até citem as desigualdades sociais que existem no Brasil, não podemos referendar o regime capitalista. Acreditar que basta apoiar o regime político atual para que isso se resolva não nos leva a lugar nenhum. Afinal, porque será que mais de 3O anos depois do fim da ditadura militar, precisamos novamente lutar contra ameaças golpistas dos militares? Por que, depois de tanta luta do povo brasileiro, ainda permanecem as chagas do autoritarismo, da desigualdade social, da fome, da miséria e da pobreza?A resposta é que o capitalismo brasileiro se manteve intacto e seguiu servindo aos lucros da burguesia, sem resolver os principais problemas do país.

O atual governo Belivaldo e todos os anteriores, ou eram coronéis e/ou banqueiros, ou eram capatazes, capitães do mato a serviço deles. Pois, ao invés de governarem para a maioria da população, a classe trabalhadora, governaram sempre beneficiando os mais ricos. Um ou outro pode até ter derrubado mais migalhas das mesas da burguesia para os pobres, mas os ricos sempre foram muito mais beneficiados. Não por acaso ficam cada vez mais ricos.

O Governo Socialista dos Trabalhadores de Sergipe construirá um poder direto e popular. Com os trabalhadores, os pobres e os setores médios em unidade, é possível inverter a lógica e permitir que a maioria decida seus próprios rumos. Por isso faremos:

- Construir os Conselhos Populares por todo o estado, como instâncias reais de poder e deliberação;
- Definição do orçamento e das principais medidas para garantir vida digna aos sergipanos através dos Conselhos Populares, com representantes de todos os municípios, proporcional ao número de habitantes;

15 - EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS! CONTRA BOLSONARO, A ULTRA DIREITA E AQUELES QUE SE ALIAM AOS RICOS!

Somos contra qualquer fechamento de regime. Uma ditadura é muito pior do que uma democracia dos ricos para a organização e a luta dos trabalhadores. Por isso somos defensores incansáveis das liberdades democráticas. Mas não podemos compactuar com a mentira de que vivemos em uma "democracia para todos", quando na verdade vivemos em uma democracia apenas para os ricos.

Afirmar que a saída contra as ameaças de Bolsonaro é o "Estado democrático de direito", que inclui a manutenção da propriedade capitalista, o sistema de exploração e opressão e o arranjo social atual, é se colocar em defesa do capitalismo. Mesmo que as cartas pela democracia até citem as desigualdades sociais que existem no Brasil, não podemos referendar o regime capitalista. Acreditar que basta apoiar o regime político atual para que isso se resolva não nos leva a lugar nenhum. Afinal, porque será que mais de 3O anos depois do fim da ditadura militar, precisamos novamente lutar contra ameaças golpistas dos militares? Por que, depois de tanta luta do povo brasileiro, ainda permanecem as chagas do autoritarismo, da desigualdade social, da fome, da miséria e da pobreza?A resposta é que o capitalismo brasileiro se manteve intacto e seguiu servindo aos lucros da burguesia, sem resolver os principais problemas do país.

A ultradireita é uma ala da burguesia mundial que não vê problemas em atacar o regime democrático burguês para impor um patamar superior de exploração, barbárie e opressão em nome da manutenção do sistema e dos seus lucros. São um fenômeno mundial, produto da crise, e demonstram o nível de degradação alcançado pelo capitalismo.

Derrotar a ultradireita é fundamental e o único caminho para isso é derrotar o sistema que a criou. O programa capaz de fazer isso, que se contrapõe a eles, não é o de amplas alianças com a burguesia, mas sim o programa socialista, operário e revolucionário.

Nessa batalha contra Bolsonaro é de vida ou morte para os trabalhadores fortalecer uma alternativa sua, de classe, com independência e que tenha um programa que ataque os interesses dos capitalistas. Sem isso, nem derrotar a ultradireita de verdade é possível. É errado apoiar Lula no primeiro turno, justamente porque isso é sucumbir às alianças com a burguesia, que impedem e atrasam o avanço na consciência e na organização dos trabalhadores.

O projeto de Lula e o PT terminará por fortalecer justamente a ultradireita. Vejamos o exemplo da Itália, onde vêm ganhando força os novos agrupamentos da ultradireita, depois de sucessivos governos de coalizão entre eles, a direita tradicional e um partido de "esquerda". É preciso derrotar Bolsonaro nas ruas e construir um projeto do verdadeiro socialismo, onde exista democracia das riquezas produzidas pela classe trabalhadora e não apenas a participação nos sufrágios eleitorais.

16 - SOCIALISMO OU BARBÁRIE

Os sinais de barbárie crescentes no mundo, tanto a miséria dos trabalhadores como os ataques ao meio ambiente, são produtos da contradição entre a produção socializada de riqueza e sua apropriação privada (e cada vez mais concentrada), ou seja, são produtos do próprio capitalismo-imperialismo, e da dominação econômica e política das grandes empresas.

Um exemplo é a relação entre a produção de alimentos e a fome. Enquanto a grande produção de alimentos no campo brasileiro é dedicada à exportação, cresce na mesma medida a fome do povo e a degradação da natureza.

Isso porque, no capitalismo, o desenvolvimento tecnológico e científico, o aumento da produtividade e todos os avanços que a humanidade produz, não são utilizadas em benefício da maioria, para fazerem as pessoas trabalharem menos e terem uma vida mais confortável, mas para aumentar a exploração e os ganhos dos capitalistas.

Chamamos os explorados e oprimidos de Sergipe a discutir a situação em que nos encontramos, a lutar contra Bolsonaro, a ultradireita e o reformismo; e pela construção deste programa alternativo e de ruptura com o capitalismo que, combinado com a organização dos trabalhadores através dos Conselhos Populares, abre condições para construir um mundo onde as necessidades dos trabalhadores serão plenamente atendidas. Chamamos isso de Socialismo Revolucionário.

O ser humano nasceu para ser feliz, viver bem, em harmonia com seus filhos, amigos, colegas e parentes. Não nascemos para viver passando fome e miséria, sendo torturados e escravizados.

Ninguém é melhor ou maior que outro. Todos somos iguais. Não existem diferenças de raça, cor, credo, origem ou região. Basta a cada um o atendimento de suas necessidades.

A usura, a inveja, a ganância, a avareza, o egoísmo e as discriminações são comportamentos e práticas difundidas e expandidas pelo sistema capitalista para dividir a classe trabalhadora e facilitar a dominação e a exploração dos trabalhadores.

Essa irmandade necessária para a felicidade de todos somente poderá acontecer com o socialismo democrático em todo o mundo, rumo ao Comunismo!

